

Alunos pagam pelas mazelas do ensino

■ Professores de São Paulo mantêm greve há 58 dias

KARINA PASTORE

SÃO PAULO — Os professores paulistas comemoram o Dia do Mestre, amanhã, expondo em praça pública as mazelas do ensino básico. Encontro no Vale do Anhangabaú marcará a 11ª assembléia da categoria desde agosto: os professores completam hoje 58 dias em greve, que atinge 6,5 milhões de alunos, 240 mil docentes e 6.600 escolas no estado. “É uma lástima que só possamos comemorar o Dia do Profes-

sor com luta, e não com festa”, diz Ernesto Maeda, diretor da Apeoesp, associação da categoria.

A greve impressiona pelo fôlego e pela ausência absoluta de entendimento entre governo e professores. A Apeoesp reclama da “intransigência do governo”. Representantes do governador Luiz Antônio Fleury garantem que os cofres públicos não dão conta das reivindicações salariais dos grevistas. O *empurra-empurra* já consumiu mais de 30 horas de negociações, em nove reuniões. Ontem, deputados tentariam intermediar as conversas.

Riscos — Enquanto isso, 6,5 milhões de alunos vivem sob o

risco de as aulas de reposição se estenderem pelas festas de fim de ano e das férias de verão. A Secretaria de Educação calculava, semana passada, que se a greve tivesse terminado ontem as reposições iriam até 30 de dezembro. Mas, perder as férias talvez não seja o pior. Se o impasse continuar, os alunos podem perder o ano letivo de 93 ou *serem passados* de ano por decreto.

A Apeoesp garante que o movimento está forte o suficiente para só terminar quando “o governo fizer uma proposta que garanta o mínimo de segurança à categoria”, segundo Ernesto Maeda. A principal reivindicação é uma política salarial — reajustes mensais

pela inflação. O governo concedeu 129% de reajuste (em duas parcelas: 32% em agosto e 73% em setembro). Sobre os 129%, os grevistas querem, além da política salarial, mais 128%. Fleury propôs ainda reajuste de 15% em outubro e 45% da variação do ICMS em novembro e dezembro.

“Isso significaria um aumento entre 14% e 15%”, reclama Maeda. “Atingimos o limite da dignidade”, esbraveja. “O professor hoje não consegue comprar um livro ou assinar jornais.” Segundo a Apeoesp, um professor estadual em início de carreira recebeu por 20 horas/aulas semanais, em setembro, CR\$ 15,8 mil.